SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Teletime

Claro: parcerias entre teles e OTTs serão intensificadas

Muito se fala sobre a rivalidade entre operadoras de telecomunicações e serviços over-the-top (OTTs), como Netflix, Spotify e WhatsApp. Mas a verdade é que um lado não vive sem o outro. E por isso mesmo surgem cada vez novos exemplos de parcerias entre empresas dos dois mundos. Na opinião do diretor de serviços de valor agregado (SVA) da Claro, Alexandre Olivari, há oportunidades para ambos os lados e as parcerias tendem a se intensificar daqui em diante.

"As OTTs precisam das operadoras por causa do carrier billing, em razão da baixa penetração de cartões de crédito na base pré-paga (em mercados emergentes)", comentou o executivo. Ele enxerga dois caminhos para parcerias. O primeiro consiste em uma oferta conjunta de serviços, em um pacote cujo preço inclua o tráfego de dados, o que é visto como uma comodidade e como uma vantagem financeira pelo usuário. A Claro já adota esse modelo em serviços como o Claro Kids, de conteúdo infantil; o Claro Curtas, de vídeos de curta duração; o Claro Música; e o Claro Apps Club (neste caso, para o tráfego somente no app da loja). Em todos eles há uma divisão de receita entre a operadora e os provedores dos serviços. "Esse tipo de modelo funciona bem em nosso mercado", destacou. Só não dá para fazer isso com serviços de streaming de filmes e séries, como Netflix, pois ficaria muito caro incluir o custo com dados, ressaltou.

O outro caminho é a chamada cobrança reversa de dados, quando a OTT paga à operadora pelo tráfego de dados dos usuários do seu aplicativo. O primeiro case desse tipo no Brasil foi lançado ano passado pelo Bradesco, em conjunto com as principais operadoras que atuam no País. "Quando as OTTs quiserem aumentar sua base de usuários, alguém vai ter que patrocinar esse acesso", comentou. Há negociações em curso com outros bancos e apps de comércio móvel para adotar o mesmo modelo.

Dados

Olivari lembra que as operadoras precisam tomar cuidado com a precificação de seus planos de dados. "Às vezes se destrói valor por causa da briga por share. Não se pode descuidar do Capex", recomendou. Ele lembra que 100% do Capex da Claro este ano é voltado para a rede de dados. Ou seja, há um custo significativo para a expansão e evolução das redes e isso precisa ser levado em conta na precificação. Esta é uma das razões para as teles terem decidido mudar o modelo dos seus planos de dados, agora com bloqueio do serviço quando atingido o limite da franquia do assinante.

Olivari participou do evento LTE Latin America nesta quinta-feira, 9, no Rio de Janeiro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/04/2015 - Teletime

Minicom volta a convocar nomes para o Conselho Consultivo da Anatel

O Ministério das Comunicações voltou a convocar as entidades representativas dos usuários dos serviços de telecomunicações a apresentarem uma lista com três nomes para o Conselho Consultivo da Anatel. O prazo para as indicações é de 30 dias, a contar desta sexta-feira, 10. Em março o Minicom publicou edital com o mesmo objetivo; porém, afirma que houve poucas indicações.

Desde fevereiro o Conselho Consultivo está com apenas cinco membros, ou seja, menos da metade dos representantes previstos, o que impede a tomada de qualquer decisão pelo órgão, que tem o dever, entre outras tarefas, de opinar, antes do encaminhamento ao Ministério das Comunicações, sobre o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que está em discussão na agência.

Além de dois nomes das entidades representativas dos usuários dos serviços de telecomunicações, falta a indicação de um representante do Poder Executivo, outro da Câmara e mais um do Senado. Também estão sem preenchimento uma das duas vagas destinadas a entidades representativas da sociedade e das entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações.

10/04/2015 - Telesíntese

Oi e PT Portugal convocam credores para negociar dívida

Proposta é transferir dívida para PT SGPS e PTIF, com oferta de opções de reembolso após conclusão da venda da PT Portugal à Altice.

A Oi e a PT Portugal convocaram uma assembleia de credores para propor a transferência da dívida da PT Portugal para a PT SGPS e PTIF – braço financeiro da Portugal Telecom. A assembleia acontece em 4 de maio, em Lisboa (Portugal). Estão em posse de credores cerca de 400 milhões de euros em títulos com vencimento neste ano.

Os detentores das notas também poderão trocá-las por opções de reembolso, que será feito após a conclusão da venda da PT Portugal à Atice, prevista para acontecer até o final de junho. A Oi negociou a venda da operadora Portugal Telecom à Altice no final de 2014. Este ano, a operação, de 7,4 bilhões de euros, foi aprovada pelos acionistas das duas empresas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/04/2015 - Telesíntese

Área técnica da Anatel propõe negar transferência de controle da Eletronet

A decisão, cujo relator é o conselheiro Rodrigo Zerbone, foi adiada por mais três meses, devido a complexidade do tema. Ela é complexa porque se trata de um pedido de transferência de controle de uma massa falida, que ainda funciona, e que chegou a ser a alternativa para a construção do backbone da Telebras, o que acabou não ocorrendo. O caso está para avaliação da Anatel desde 2004.

Alguns temas nunca terminam no Brasil. Entre eles, está o da Eletronet, uma empresa constituída para acender a fibra óptica para o sistema Eletrobras, que foi motivo de disputa da Telebras, e que volta para a pauta da Anatel, sem ainda ter sido concluído. O processo que está na agência, e que, devido a sua complexidade, teve a análise adiada por mais 90 dias, a pedido do conselheiro Rodrigo Zerbone, é do ano de 2004.

Nele, o grupo brasileiro AES Bandeirante Empreendimentos pediu, em junho de 2004, a anuência prévia da agência para vender a empresa de circuito brasileira para o grupo canadense Contém Canadá, AES South American Holdings e AES Internergy. Para receber a autorização da Anatel, precisava comprovar que estava em dia com os impostos. Mas a empresa alegou que a Eletronet estava em estado de falência, decretado pela justiça da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e que por isto não poderia quitar suas dívidas junto ao Fistel, Fust e Funttel (os fundos setoriais de telecom)

Três anos depois, em 2007, a Lightpar, uma das sócias da Eletronet, recorre à Anatel contra a transferência de controle para a empresa canadense, alegando que não foi feita oferta de venda para os demais sócios e não foi quitada a dívida com a sociedade falida. A AES Bandeirante reagiu, argumentando que a Lighpar queria tumultuar o processo. A Anatel decidiu, então, suspender a análise até a manifestação final da justiça. E retomou o caso em 2013, na expectativa de que ele pudesse ser concluído. E está agora em fase de julgamento pelo Conselho Diretor.

Embora ao longo destes vários anos tenham mudado as regras da Anatel, e hoje não é preciso mais de anuência prévia para a transferência de controle de empresas com licenças de serviço limitado privado, o que é o caso da Eletronet, a área técnica da agência se posicionou pela rejeição da transferência de controle, para a canadense, visto que até hoje não houve o pagamento dos impostos devidos. Um tema cheio de polêmicas, que volta à tona.

Telebras

Em 2011, o então presidente da Telebras, Rogério Santanna, informava à imprensa que a estatal de telecom teria fechado um acordo com a Eletronet para usar pelo menos cinco pares de fibra da empresa e que as concessionárias de energia elétrica só poderiam usar o restante da capacidade se a estatal de telecomunicações não precisasse de mais fibra. Contrato que nunca se confirmou.

Além da briga entre os sócios privados e os sócios estatais, havia ainda os credores da dívida – principalmente os fabricantes que forneceram as fibras à empresa e que não foram pagos. E até h0je continua a existir o administrador da massa falida, que fatura mensalmente alguns milhões. E a trama continua, sem nunca ter fim.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - Carta Maior

BRICS e o parlamentarismo de mercado

Os BRICS, construindo um novo polo de liderança mundial, podem reverter a destruição do mundo do trabalho hoje operada pelo parlamentarismo de mercado.

A devastação do mundo do trabalho pelo desemprego e a supressão de direitos é a tônica do nosso tempo.

Ela se dissemina globalmente como a contrapartida social mais perversa da era de livre mobilidade dos capitais.

Sob o impulso desse arrastão capitalista, invade o metabolismo das economias pelo canal do comércio exterior; internaliza padrões de competitividade derivados das novas cadeias de produção mundial; flexibiliza custos e dissolve garantias; instala a precariedade na existência assalariada.

Uma a uma as tábuas de chão firme duramente impostas ao capitalismo por sucessivas gerações de lutas operárias, governos populares e levantes nacionais são arrancadas com as consequências sabidas.

É como se uma gigantesca engrenagem cuidasse de tomar de volta tudo aquilo que transgrediu os limites da democracia política formal em direção a uma verdadeira democracia econômica e social.

Instala-se nesse oco um outro paradigma de eficiência feito de desigualdade ascendente.

A expansão estrutural do capital financeiro, cuja supremacia e crescente mobilidade determinam a desregulação em série dos mercados impondo constrangimentos à soberania democrática das nações, desbrava e legitima esse processo.

Não há economicismo nessa constatação.

A política contribuiu de maneira inestimável para o modo como essa lógica se impôs.

Erros e derrotas acumulados pela esquerda mundial desde os anos 70, sobretudo a colonização de seu arcabouço programático pelos valores e interditos neoliberais, alargaram os vertedouros de uma desregulação financeira cuja dominância se tornou ubíqua e impera em todas as esferas da vida humana.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, consagraria aquilo que os mais apressados se atreveriam a denominar de 'fim da historia'.

Não era.

Mas os sinais vitais nunca se mostraram tão frágeis para inaugurar o passo seguinte da humanidade.

Não por acaso, o colapso neoliberal em 2008 configurou-se, ineditamente, como uma ruptura capitalista desprovida de força social capaz de transformá-la em mudança de época.

O que se paga hoje em perdas e danos sociais é a fatura desse vazio.

Dito de outra forma, a desordem econômica neoliberal continua sendo administrada pela ordem política neoliberal.

'Isso é a treva!', resumiu em uma entrevista a Carta Maior a economista Maria da Conceição Tavares.

Não se trata apenas da metáfora dos nossos dias.

A mais-valia absoluta, na verdade, está de volta a uma Europa que agoniza sob os escombros daquele que já foi o Estado do Bem Estar Social mais avançado da história.

Políticas de corte salarial puro e simples, ou o seu congelamento associado à ampliação da jornada de trabalho, são implantadas sob a guarda do euro, em nome de uma bizarrice, 'a contração expansiva' que promete empregos e crescimento ao que sobrar da sociedade.

Estoques épicos de desemprego atingem 50% da juventude europeia nesse revival da aurora selvagem do capitalismo.

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Especial-Carta-Maior-BRICS-e-o-parlamentarismo-de-mercado/7/33251

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/04/2015 - CUT

CDH inicia debate sobre projeto de terceirização aprovado pela Câmara

Começou há pouco a audiência pública para discutir os impactos das novas regras da PL4330

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) iniciou há pouco a audiência pública para discutir os impactos das novas regras de terceirização de mão de obra previstas Projeto de Lei 4.330/04 que teve o texto-base recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e que virá para análise no Senado Federal. A audiência é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que propôs o requerimento para sua realização.

Foram convidados para a audiência 24 debatedores, que incluem representantes de várias categorias profissionais, do Poder Judiciário e do setor produtivo. O debate está marcado para as 9h no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho. A audiência é aberta à participação do público por meio do Alô Senado (0800-612211) e do Portal e-Cidadania.

13/04/2015 - Vermelho

O que o golpe e a ditadura representaram para o Brasil

O Brasil vinha de três décadas de construção de um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda e de menos de duas décadas de democratização política, quando o golpe militar de 1964 rompeu com essas duas vertentes e instalou uma ditadura militar e um modelo econômico de superexploração do trabalho, de concentração de renda, de consumo de luxo e de exportação.

Marchas nas capitais dos estados e em cidades menores em 1964, marchou-se sem descanso. Marchas nas capitais dos estados e em cidades menores em 1964, marchou-se sem descanso.

Foi um movimento promovido pelo grande empresariado, pelo governo dos Estados Unidos, pela mídia nacional e internacional, com o apoio da Igreja católica. Em nome de uma suposta salvação da democracia que estaria em perigo – as marchas se chamavam Marcha com Deus, pela Familia e pela Liberdade -, instauraram a mais brutal ditadura que o Brasil já viveu.

Foi uma virada radical na história brasileira. Interrompeu-se bruscamente a construção democrática e a de um projeto nacional e popular iniciado como Getúlio em 1930. Ao lado da repressão a tudo que lhes parecia democrático – partidos populares, sindicatos, mídia, universidades, Congresso, Judiciário, entre outros -, decretou-se de imediato o arrocho salarial. Porque não foi apenas uma ditadura política contra a democracia, foi também uma ditadura do grande capital contra a classe trabalhadora.

Todos os sindicatos tiveram intervenção militar, aboliram-se as campanhas salariais, decretando-se assim uma lua-de-mel para as grandes empresas nacionais e estrangeiras, que tiveram o maior processo de acumulação concentrada de capital da história do Brasil em poucos anos. O arrocho salarial foi o santo do chamado "milagre econômico".

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/262135-1